

A COMPREENSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A RESPEITO DA TRAPAÇA

Haller E. S. Schünemann¹**Aparecida Imaculada da Conceição dos Santos²****Gabriela Gomes da Silva³****Jacqueline Ribeiro Santos⁴****Resumo**

A trapaça é um comportamento transgressivo relativamente aceito na sociedade, às vezes, por ser considerado inofensivo, embora possa trazer muitos prejuízos as relações interpessoais. A pesquisa tem como objetivo investigar o julgamento feito por crianças e adolescentes em situações de trapaça próximas ao seu contexto de vida. Foram entrevistados 86 sujeitos, nas seguintes faixas etárias: 5/6 anos; 9/10 anos e 14/15 anos. Cada sujeito teve de responder a quatro situações elaboradas a partir do cotidiano dos participantes. Eles foram convidados a opinar e justificar a posição diante do comportamento dos sujeitos descrito nos dilemas. Os resultados foram analisados dentro de uma perspectiva do desenvolvimento moral demonstrando em linhas gerais o aparecimento de argumentos morais autônomos a partir de 9/10 anos na crítica ao comportamento de trapaça. Contudo, o fato de 15% dos adolescentes considerarem a trapaça em todas as situações como válida, com o argumento: “todo mundo faz” parece indicar um percentual significativo de adolescentes com uma avaliação inadequada das implicações sociais da trapaça. Os dados da pesquisa sugerem a necessidade de uma educação moral mais planejada com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de avaliação moral dos adolescentes.

Palavras Chave: Trapaça; Desenvolvimento Moral; Educação Moral.

¹Professor Titular do curso de Pedagogia-UNASP, e-mail: haller.schunemann@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia-UNASP

³ Licenciada em Pedagogia-UNASP

⁴ Licenciada em Pedagogia-UNASP

UNDERSTANDING OF CHILDREN AND ADOLESCENTS RELATED TO CHEATING

Abstract

Cheating is a relatively transgressed behavior accepted by society, sometimes it is even considered harmless. However, cheating can bring many losses. The research aims to investigate the judgment made by children and adolescents in cheating situations close to their lives context. We interviewed 86 subjects in the following age groups: 5/6, 9/10 and 14/15. Each subject had to answer four situations taken from his/her daily lives. They were asked to express their opinion in whether they considered it right or wrong and to justify it. The results were analyzed within a moral development perspective shown in a general setting in the emergence of autonomous moral arguments from 9 / 10 years of age related to criticism of the behavior. However, the fact that 15% of the adolescents consider cheating in all and very situation as valid due to the claim "everybody does the same" this seemed to point a significant percentage of adolescents with problems in the construction of his/her moral personality. The survey data suggest the need of a better planned moral education with the aim of improving the capacity of moral assessment of the adolescents.

Keywords: Cheating; Moral Development; Moral Education.

Introdução

A educação moral é um tema muito importante no contexto do ensino familiar e escolar, na medida em que vivemos em sociedade marcada pela pluralidade de valores. A capacidade de convívio social só é alcançada quando um determinado conjunto de valores é partilhado como meio de garantir um mínimo de sociabilidade. Essa preocupação não é restrita a educadores. Na realidade, uma das primeiras contribuições nesse campo vem de Durkheim (2008), consciente de que o estabelecimento de uma moral laica era uma necessidade social das mais importantes para assegurar uma vida social, em uma sociedade em transformação. O trabalho de Durkheim pressupõe a possibilidade de estabelecermos uma moral racional. Esse conceito influencia os trabalhos de Piaget

(1977), e Kohlberg (1984), na compreensão dos processos morais em uma perspectiva psicológica e do desenvolvimento, como formas de aperfeiçoar a busca do estabelecimento de uma educação moral laica, para uma sociedade em transformação. A pesquisa que conduzimos parte desse pressuposto de que é importante e possível o estabelecimento de uma educação moral racional. Uma das condições para isso seja alcançado é termos subsídios sobre as transformações do pensamento moral.

Não temos dúvida, que várias mudanças ocorreram na sociedade desde a discussão inicial proposta por Durkheim sobre a Educação Moral, mas consideramos que o postulado básico da possibilidade de elaborar uma moral racional permanece válido. A compreensão, porém, dos julgamentos dos sujeitos a serem educados hoje é fundamental, para que o processo de educação moral possa ser devidamente desenvolvido. Assim, optamos por conduzir a pesquisa investigando especificamente sobre o julgamento que crianças e adolescentes brasileiros fazem sobre a trapaça.

A trapaça pode ser considerada um comportamento imoral, por meio da qual um sujeito procura obter vantagens sobre o outro, valendo-se basicamente da “esperteza”, isto é, de um subterfúgio que permita vencer, ter melhor desempenho ou mesmo alcançar sucesso em uma tarefa ou situação, na qual esse recurso não previsto favorece o sujeito que lança mão desse recurso em detrimento dos outros.

Para melhor referenciar a nossa pesquisa apresentamos uma breve discussão da temática trapaça e a sua pertinência dentro dos estudos do desenvolvimento moral. Como já descrevemos acima a trapaça é um comportamento que pode ser entendido como forma de levar uma vantagem não válida em relações de interações pessoais, na qual, o sujeito, usa basicamente de uma menti-

ra ou de um recurso não permitido, para assegurar para si o melhor resultado. Como Alencar e Yamamoto (2008), apresentam, o comportamento trapaceiro é apenas vantajoso na medida em que os demais participantes de um jogo, por exemplo, sigam as regras e não se valham do recurso ilegítimo. Para uma melhor avaliação elaboramos dilemas que partissem de situações do cotidiano escolar. Consideramos que a trapaça no contexto escolar está presente em situações acadêmicas, como a famosa “cola” ou simulação de faltas ou ações desleais em jogos, com intuito de assegurar a vitória no jogo. Ainda há situações não restritas a escola nas quais a criança e o adolescente procuram compensar uma situação desfavorável através da “esperteza”, para poder usufruir de algo que não lhe é permitido.

O tema da trapaça no contexto escolar tem sido amplamente estudado na atualidade. Observamos que a maior parte das pesquisas está concentrada no nível superior (ANGEL, 2006; SALTER; GUFFREY; McMILLNA, 2001; Bernardi et al., 2004; Miller; SHOPTAGUH; PARKERSO, 2008). Consideramos isso consequência da preocupação das implicações nas práticas profissionais de atos de trapaça. A preocupação com a “cola” em provas, cópias de trabalhos e atividades feitas pelos colegas, com ou sem permissão destes, e o uso de material alheio como de elaboração pessoal, principalmente, em trabalhos acadêmicos mais complexos, têm sido uma constante preocupação de educadores. Embora, alguns educadores, às vezes, tenham colocado essas práticas como uma defesa dos alunos ao sistema escolar injusto, esta visão parece ser simplista, pois sugere que qualquer situação desafiadora ao sujeito tornaria aceitável o uso de expedientes de trapaça (ORDOÑEZ; MEJIA; CASTELLANOS, 2006). Os diversos estudos feitos a respeito do tema têm procurado entender os fatores responsáveis por esse comportamento indesejável dentro do contexto escolar, tanto no nível básico, quanto superior, por sua injustiça em relação aos esforços

desempenhados pelos alunos, bem como, um elemento que compromete também a avaliação diagnóstica na medida em que mascara dificuldades existentes entre os alunos.

Na busca de entender fatores da trapaça, Tibbestis e Myers (1999), associam o baixo nível de autocontrole do sujeito, como um fator favorável a sua ocorrência. As pessoas mais impulsivas, dentro deste raciocínio, estariam mais propensas a cometer delitos. Há de fato, uma relação parcial, mas que não explica de forma completa este comportamento. Outro aspecto destacado é a existência de diferenças culturais na frequência de trapaça no ambiente escolar. Estudos comparando grupos de alunos de países diferentes têm demonstrado que há grupos mais propensos para a prática da “cola” do que outros (SALTER; GUFFERU; McMILLAN, 2001; BERNARDI et al, 2004). Este tipo de estudo, embora interessante, também apresenta limitações ao compararmos esses resultados. É evidente, que quando comparamos países temos sistemas escolares diferentes, que podem também ter em si, estruturas diferentes, o que dificulta a comparação do significado desses resultados. Além disso, no caso do ensino superior observa-se que há variações entre as carreiras quanto à incidência de trapaça nas atividades escolares, em especial a “cola” (KISAMORE; STONE; JAWAHAR, 2007). Ainda encontramos variáveis de gênero (WHITLEY; NELSON; JONES, 1999), e de hábitos acadêmicos (ROIG; CASO; 2005), relacionadas a maior ou menor incidência das práticas de trapaça acadêmica. Os alunos com má organização do tempo são mais propensos a lançar mão de trapaça na entrega dos seus trabalhos escolares. De um modo geral, em relação ao gênero, as indicações sugerem também uma prática mais intensa da trapaça entre homens, mas não de forma muito significativa. Outro fator levantado por pesquisadores da área (STAATS; HUPP; HAGLEY, 2008), é a brandura das penalidades ao aluno “colador”, o que torna necessário uma convicção elevada por parte do

aluno para não lançar mão desse expediente eventualmente. No Brasil é conhecido um ditado entre os alunos que “quem não cola, não sai da escola”. De certa forma sugerindo uma legitimação a prática de fraude no contexto escolar. A prática da “cola” tem como objetivo tapear o professor. Como aborda Adorno (2003), há um conflito entre o aluno e o professor. Essa tensão pode ser vista, como uma possível razão para a ocorrência da cola. No entanto, na prática escolar é possível constatar também trapaças nos jogos. A prática de jogos é uma parte importante no cotidiano a aulas de Educação Física e em campeonatos esportivos patrocinados pela escola. Se pensarmos ainda, que existe um incentivo para o uso de jogos educativos no cotidiano escolar, a presença da trapaça é um fator negativo nesse caso, pois poderia prejudicar a aprendizagem dos alunos. Pesquisas conduzidas por André e Rubio (2009), e Evangelista et al. (2010), sobre a ocorrência de trapaça nos jogos atestam a importância do tema.

É importante destacarmos que as práticas transgressivas na sociedade acabam sendo prejudiciais ao seu funcionamento (CANIATO, 2007). Assim, é necessário avaliarmos os julgamentos de aprovação ou não de crianças e adolescentes a trapaça.

Posto o quadro geral destas pesquisas podemos observar que o tema tem sido bem estudado. Consideramos, contudo, que a compreensão do tema em uma perspectiva do desenvolvimento moral pode trazer contribuições relevantes para um melhor entendimento, uma vez que podemos entender melhor os processos de julgamentos necessários para o comportamento moral. Os estudos de Piaget (1977), sobre o desenvolvimento moral da criança oferecem um quadro geral importante ao apresentar dois grandes níveis da moral: a heterônoma e a autônoma. Enquanto a moral heterônoma envolve uma moral externa que essencialmente reproduz o ambiente que cerca o sujeito, a autônoma permite o sujeito elaborar o seu código moral de forma a identificar a racionalidade

da regra e a sua possibilidade de ajuste e transformações para alcançar um nível mais amplo da justiça. De La Taille (2006), também propõe uma diferença; a moral seria caracterizada pela convenção e regras, enquanto a ética dentro do conceito grego da busca de uma boa vida, envolveria a reflexão, a capacidade de fazer uma avaliação e desenvolver um comportamento moralmente virtuoso. Nesse sentido entendemos que o estudo do tema trapaça a partir de uma perspectiva do desenvolvimento moral permite uma visão mais crítica do que simplesmente busca de co-relações entre fatores na identificação do comportamento do aluno trapaceiro.

Ainda dentro desta perspectiva da compreensão do tema a partir de um referencial cognitivo, consideramos importante que o comportamento humano não é imune a “transgressões morais” sem que isso implique em uma deficiência moral do sujeito. Consideramos importante a contribuição de Puig (1998), sobre a personalidade moral, pois esta envolve mais do que uma convenção, um discernimento e um posicionamento diante das questões. Ou seja, não podemos simplesmente desconsiderar as próprias pressões do sistema escolar seja no sistema de notas ou de competições esportivas como fatores relevantes na definição do comportamento moral do aluno. Podemos pensar por um lado, em uma situação em que um aluno favorece a “cola” como forma de fazer uma justiça com o colega, o qual interpreta como sendo prejudicado pela forma de avaliação do professor. Por outro lado, podemos pensar que a razão para ser desleal na competição é cumprir a “exigência” imposta pela própria instituição escolar de que os alunos vençam o campeonato entre escolas. Assim, a redução puramente quantitativa de comportamentos de trapaça no contexto escolar e social, principalmente ao envolver crianças e adolescentes acaba por empobrecer a compreensão do tema. Esta é a razão de propormos situações, nas quais solicitamos a avaliação dos sujeitos.

Métodos

A pesquisa foi pautada pelo método clínico proposto por Piaget. Ele em seus estudos sobre moral elabora pequenos dilemas para verificar a capacidade de juízo moral da criança. Em nossa pesquisa as situações propostas não apresentam alternativas, permitindo ao sujeito responder sua concordância ou não ao ocorrido, sendo expressa a sua justificativa.

Os dilemas foram elaborados tendo como contexto a trapaça em situação de sala de aula, em um jogo não competitivo, em um jogo competitivo e em uma ocasião de vantagem pessoal em momento de diversão. A seleção destas situações teve como intenção analisar a percepção de trapaça em contextos diferentes. Como desejamos entender o processo de julgamento e tomando como referencial a teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget que indica estágios do desenvolvimento cognitivo, definimos três grupos de criança no final de cada um dos estágios. Isso nos levou a necessidade de contextualizar cada dilema para que as crianças pudessem opinar de temas que lhes fossem pertinentes assim como os adolescentes, para que o desconhecimento do comportamento apresentado no dilema não comprometesse a opinião emitida pela criança. No quadro 1 a seguir apresentamos os dilemas de forma a identificar o tema tratado e a faixa etária para o qual foi aplicado, e se foi ajustado em função da faixa etária.

Quadro 1. Dilemas apresentados às crianças e adolescentes com ajustes em função da idade.

| | Crianças Menores (5/6 anos) | Crianças Maiores (9/10 anos) | Adolescentes (14/15 anos) |
|------------------|---|---|-------------------------------------|
| Situação Escolar | A professora de Bob contou uma história para classe e pediu para que todos desenhassem a parte que mais gostaram. Bob não gostou do desenho que fez, mas gostou muito do desenho de | Bob ia ter uma prova de português no dia seguinte, ele observou na mesa da professora que a prova já estava pronta. Então pediu para seu amigo Hideo fingir estar passando muito mal, a ponto da professora ir com ele até a enfermaria. Com isso | |

| | | | |
|------------------|--|--|--|
| | Mick. Naquele dia Mick precisou ir embora mais cedo, deixando seu desenho em cima da sua mesa. Daí Bob pegou o desenho de Mick, escreveu o seu nome e entregou à professora como se fosse seu. O que você pensa desta situação? Por quê? | Bob aproveitou a oportunidade para pegar uma cópia da prova, que passou para o colega, que estudaram e tiraram 10 na prova. O que você pensa desta situação? Por quê? | |
| Jogo Livre | Herisson e seu colega Ken estavam brincando de bater figurinhas. Herisson estava perdendo então decidiu mudar a situação. Disse que ia pegar mais figurinhas em sua bolsa e passou cola na sua mão direita para facilitar a virada das figurinhas. Quando voltou a brincar, Herisson conseguiu virar o jogo, ganhando mais figurinhas que Ken. O que você pensa desta situação? Por quê? | | |
| Jogo Competitivo | Na aula de educação física dois times estavam jogando futebol o "A" e o "B", e eles eram rivais, de repente a bola saiu da quadra, e o juiz não viu, quem deveria pegar a bola era o time "B", porém o time "A" pegou a bola como sendo sua e continuou a jogada e fez um gol. O que você pensa desta situação? Por quê? | | |
| Situação geral | Sheron foi para o parque da Mônica com sua escola, no final da tarde quando chegou a hora de irem embora, a monitora do parque disse que cada criança poderia participar só mais uma vez do carrinho de bate-bate, mas Sheron gostou muito daquele brinquedo e entrou na fila mais de uma vez. O que você pensa desta situação? Por quê? | Pool foi para o Hopi Hari com sua escola, ao chegar lá avistou a encantadora Torre Efeil. Quando entregou o bilhete para o fiscal, foi barrado porque não tinha estatura adequada para aquele brinquedo. Então Pool deu a volta e pulou a corrente da outra entrada que não tinha fiscal e se divertiu muito no brinquedo. O que você pensa desta situação? Por quê? | Charlie queria assistir um filme que era impróprio para sua idade. Então pegou o RG de seu irmão mais velho colocou uma foto sua no local e passou tranquilamente na fiscalização do cinema. O que você pensa desta situação? Por quê? |

Os dilemas foram aplicados em 86 sujeitos sendo 48 meninos (56%), e 38 meninas (44%). A distribuição por faixa etária foi 29 crianças menores (5/6 anos); 30 crianças maiores (9/10 anos) e 27 adolescentes (14/15 anos). As entrevistas foram realizadas individualmente. As respostas foram anotadas. As crianças e adolescentes foram solicitados a repetirem a história antes de responderem para que se pudesse ter certeza que haviam compreendido a situação corretamente.

As crianças e os adolescentes participantes da pesquisa eram alunos de uma escola pública e foi cedido aos pesquisadores um espaço reservado para que as crianças e adolescentes pudessem ser entrevistados, em função da concordância dos pais.

Apresentação de Resultados

Tendo em vista o nosso interesse em compreendermos o desenvolvimento moral e os julgamentos expressos pelas crianças e adolescentes às situações propostas, apresentamos os resultados de forma a podermos observar primeiramente a comparação que elas fazem entre o comportamento ser correto ou errado moralmente e depois as razões expressas. É importante, destacarmos que a autonomia moral proposta por Piaget não implica necessariamente em diferentes comportamentos do heterônomo, mas na compreensão dos motivos para aquela conduta, ou nas justificativas para aceitação ou não de um comportamento. Assim, ao apresentamos os resultados trazemos uma visão geral do resultado e depois discutimos o desenvolvimento das justificativas apresentadas.

O primeiro dilema fala do Julgamento da criança e do adolescente diante da situação de “cola” em sala de aula. Como demonstramos esse é um dos comportamentos de maior tensão no sistema escolar. Ao elaborarmos essa questão queríamos verificar como a criança e o adolescente avaliam a trapaça em uma situação envolvendo na qual a “vítima” é a autoridade educativa, com a qual, há muitas vezes, conflito. Na tabela 1, observamos a situação geral.

Tabela 1 - Julgamento das crianças e dos adolescentes diante da situação de “cola” em sala de aula.

| | 5-6 ANOS (N=29) | 9-10 ANOS (N=30) | 15-16ANOS (N=27) |
|--------------|-----------------|------------------|------------------|
| ERRADO | 100% | 86,67% | 81,48% |
| CERTO | 0 | 10% | 14,81% |
| INDECISO | 0 | 3,33% | 3,71% |
| Total | 100% | 100% | 100% |

O resultado indica um declínio na percepção de errado já entre as crianças de 9-10 anos. Podemos pensar tanto em aspectos da própria tensão escolar que já aumentaram nesse período, como já um início do questionamento dos valores apresentados pelos adultos.

Na tabela 2, apresentamos os resultados em relação a trapacear um amigo. Os resultados demonstram um padrão um pouco diferente.

Tabela 2 - Julgamento da criança e do adolescente diante da situação de trapacear um amigo em uma situação recreativa

| | 5-6 ANOS (N=29) | 9-10 ANOS (N=30) | 15-16 ANOS (N=27) |
|--------------|-----------------|------------------|-------------------|
| ERRADO | 100% | 100% | 70,37% |
| CERTO | 0 | 0 | 29,62% |
| INDECISO | 0 | 0 | 0 |
| Total | 100% | 100% | 100% |

Como o elemento lúdico e sem compromisso estava presente nessa questão, consideramos importante verificar se a presença de uma competição tornaria mais ou menos aceitável o uso da trapaça. Na tabela 3 é possível observarmos que há uma diferença em função de estar presente a competição.

Tabela 3. Julgamento da criança e dos adolescentes diante da situação de trapacear em um jogo competitivo.

| | 5-6 ANOS (N=29) | 9-10 ANOS (N=30) | 15-16 ANOS (N=27) |
|--------------|-----------------|------------------|-------------------|
| ERRADO | 96,55% | 86,67% | 33,34% |
| CERTO | 0 | 10% | 59,25% |
| INDECISO | 3,45% | 3,33% | 7,41% |
| Total | 100% | 100% | 100% |

É significativo que a percepção desse comportamento ser aceitável cresce significativamente entre os adolescentes. Na realidade, observamos que além de ser visto significativamente pela maioria dos adolescentes como válido, alguns ainda expressam dúvida.

O último dilema tratava de trapacear uma autoridade não-escolar em uma situação que a burla traria uma vantagem de realizar alguma atividade lúdica e prazerosa. Os resultados podem ser vistos na tabela 4.

Tabela 4. Julgamento da criança e do adolescente diante da situação de trapacear uma autoridade não-escolar em uma atividade recreativa.

| | 5-6 ANOS (N=29) | 9-10 ANOS (N=30) | 15-16 ANOS (N=27) |
|--------------|-----------------|------------------|-------------------|
| ERRADO | 100% | 96,67% | 62,97% |
| CERTO | 0 | 0% | 37,03% |
| INDECISO | 0 | 3,33% | 0 |
| Total | 100% | 100% | 100% |

Podemos observar aqui nessa questão que enquanto as crianças ainda veem nesse comportamento um erro, uma parcela expressiva dos adolescentes considerou correta a burla. Uma boa parte destes sujeitos inclusive afirmou já terem recorrido a tal prática.

Ao compararmos os resultados apresentados nas quatro tabelas, podemos perceber claramente um perfil. Em primeiro lugar, o julgamento geral entre as crianças de 5/6 anos e 9/10 anos apresentou pouca variação, em considerar a situação como errado a trapaça. Em segundo lugar, há uma grande diferença no julgamento dos adolescentes. Em todas as situações, os adolescentes apresentaram um grau maior de aceitação à trapaça, sendo que na situação do jogo competitivo, a maior parte considerou válido. Antes de aprofundar a discussão desses resultados precisamos examinar os motivos apresentados pelos sujeitos pesquisados da aceitação ou não da trapaça nas situações propostas nos dilemas. Como já destacamos anteriormente, dentro de uma perspectiva do desenvolvimento moral é fundamental que a compreensão seja também levada em consideração. Na parte que se segue, apresentamos as justificativas dadas pelas crianças e adolescentes participantes da pesquisa.

Justificativas dadas pelas crianças e adolescentes

Crianças Menores. Como as tabelas nos demonstram, as situações foram, de certa forma, indiferentes para as crianças menores. Podemos observar um rígido padrão de julgamento, no qual o comportamento de trapaça foi sempre condenado. É possível perceber que esse julgamento está sustentado em uma visão de uma moral heterônoma, na qual as crianças associam fortemente o comportamento moralmente inadequado como algo feio. Alguns trechos das falas das crianças nos permitem identificar claramente essa questão.

(CR 1) - Isso não pode. É feio. A professora pode descobrir.

(CR 13) - Que sempre que a gente joga 'card' não precisa ganhar, o importante é jogar. O Herisson não devia fazer isso, porque é feio.

(CR 9) - Que não é certo enganar o amigo. Porque cresce o nariz.

(CR 22)- *O time A roubou a bola. É feio. Tinha que contar pro juiz.*

Podemos observar que em todas as situações a justificativa se dá no mesmo plano. É possível perceber que as crianças nesta fase expressam claramente o que ouvem. Estas respostas corroboram que nessa fase do desenvolvimento o julgamento moral é pouco elaborado. Fica evidente, que a criança ainda não elaborou as razões que tornam a trapaça um comportamento inadequado. O respeito a regra é bem evidente. Se há regra ela deve ser seguida; assim, em todas as situações apresentadas não trapacear é tido como sempre o comportamento a ser seguido.

Crianças Maiores. Nessa etapa das crianças maiores (9/10 anos), já constatamos uma maior divergência nas situações do que seria o comportamento correto, e como vamos demonstrar há também uma argumentação mais elaborada. É esperado se a criança já tem um desenvolvimento cognitivo mais desenvolvido que ele traga mais elementos para avaliar a situação. É claro, que é esperado que ainda os elementos da moral fortemente transmitidos na fase anterior do desenvolvimento, ainda sejam evidentes. Seleccionamos algumas respostas para facilitar a discussão dos resultados obtidos.

No primeiro dilema, sobre a “cola”, um exemplo ilustrativo do início do pensamento autônomo é expresso por CR49.

(CR 49) -*Errado, pois se a professora deu a prova eles teriam que estudar para poder se avaliar e isso é uma trapaça, pois é muito injusto com os outros colegas que não colaram e estudaram.*

No dilema 2 a questão da presença da reciprocidade também se manifesta, embora ainda é possível perceber que ainda há presença de alguns elementos da heteronomia.

(CR 49) - *Que isso é muito feio, pois se ele tivesse no lugar do amigo ele não gostaria que fizesse isso com ele.*

(CR 54) - *Não, porque isso é trapaça e ele deve ter consciência limpa de ganhar e perder.*

Nessas colocações observamos uma consciência do que é trapaça. As crianças menores não deram uma classificação tão precisa ao comportamento. Aqui fica evidente um elemento importante da moral que é nos colocar no lugar do outro para julgarmos. É perceptível que há uma evolução no julgamento moral, pois percebemos que a reciprocidade, o projeto comum faz parte da moral e não só a obediência das regras como na heteronomia. Podemos observar um sentido de transição, no qual já há evidência de uma percepção de moral como uma relação interpessoal, sem abandonar ainda o “feio”.

Ainda nesse nível a presença da competição não alterou significativamente para alguns.

(CR 54) - *Acho que eles deveriam ser honestos e entregar a bola para o time B, para que no jogo não haja roubo.*

(CR 40) - *Errado porque tiraram vantagem sobre o time B.*

Embora nesse nível de desenvolvimento, alguns acharam certo usar do expediente da trapaça, os resultados ainda demonstraram um pensamento geral de crítica à possibilidade de se aproveitar de outros. Vemos que encontramos aqui um pouco de explicações sobre o dever de agir corretamente, sem que esteja claro sempre o motivo. É possível perceber que nessa fase nem todos e nem todas as respostas poderiam ser adequadamente consideradas autônomas, entendido, como a possibilidade de avaliação do valor moral da regra ou

da ação tendo em vista a busca da justiça. No entanto, podemos perceber já a tensão entre um comportamento esperado e a dificuldade em lidar com a frustração:

(CR 58) - *É errado, mas eu não vejo nada de mal nisso. Claro se eu fosse do time A.*

(CR 57) - *Se eu fosse do time A não ia ver nada de mais, mas isso é muito errado.*

Já percebemos alguns destes claramente identificados, que a trapaça oferece uma vantagem ao transgressor desde que não seja praticada por todos.

Podemos considerar que o surgimento da divergência nas respostas é um sinal de um processo de julgamento moral mais elaborado, que embora em vários casos, a capacidade de reciprocidade se manifesta, é possível, também observar que a própria condição, seu interesse em ganhar, o constrangimento em perder, começam a ser tomados para avaliação. É visível inclusive, ainda o reconhecimento da inadequação de tal prática, mesmo que em uma situação prática, pela vantagem do ocorrido, fosse considerado “aceitável”. Esse tipo de resposta evidencia já a presença de perceber que essa situação apresenta uma relação desigual, pois claramente o benefício de um grupo foi o prejuízo de outro.

Adolescentes. É justamente entre os adolescentes que vamos encontrar a maior diversidade de respostas. Primeiro vamos analisar aqueles adolescentes que consideraram a trapaça em todas as situações como moralmente erradas.

(ADO 70) - (...) *Foi um ato de desrespeito com a professora, e se eles passassem para a sala toda teria sido a injustiça maior ainda com ela.*

(ADO 82) - *Ele não fez certo, se era um jogo não precisa trapacear, ele não foi amigo só pensou nele.*

(ADO 68) - *Time A foi desonesto, ele sabia que a bola era do outro time, mesmo sendo rivais não podia ser desonesto.*

(ADO 62) - *Mesmo sendo rivais, dentro da quadra existe um respeito, foi errado, não justifica fazer isso, mesmo sendo um jogo.*

É importante destacarmos que embora dentro de uma perspectiva moral o conteúdo é de reprovação ao comportamento, é necessário observar os argumentos utilizados. É perceptível que o julgamento moral bem elaborado, não está presente ainda em todos os sujeitos. Na situação tratada no Dilema 1, ainda podemos observar um pouco a ideia de que a “cola” seria contra a professora; o que pode nos ajudar a entender um pouco as respostas que sugerem ser aceitável a “cola”. Na medida em que aparece o conflito entre o professor e o aluno, a “cola” seria aceitável. É claro que do ponto de vista estritamente acadêmico e mesmo moral a “cola” não é um ato apenas contra o professor, mas contra os colegas; e de forma mais ampla, contra a sociedade, pois estaria tendo acesso a um certificado de conhecimento que não possui. Podemos perceber que em outras respostas, a dimensão de reciprocidade apareceu de forma mais clara. A questão de mesmo no jogo ser respeitoso indica o reconhecimento de que é importante que se cumpra os acordos, pois é esperado para que a própria atividade possa fluir bem.

No entanto, como já dissemos, é esperada, em um julgamento moral mais desenvolvido, a presença de vários elementos sendo considerados, do que, por exemplo, apenas a obediência estrita as regras ou apenas respeitando as convenções. Observamos um julgamento “tenso” entre aqueles que reconhecem que ação poderia não corresponder aquilo que identifica como correto.

(ADO 76) - *É errado, mas eu também faria, eu sou muito orgulhosa não gosto de perder se eu precisasse disso para ganhar eu faria o mesmo, afinal é um jogo e são amigos, não teria nenhum problema.*

Observamos nesse caso, a contradição, que ao mesmo tempo em que identificar como errado tenta se posicionar como sem problema, embora não consiga explicar mais a sua posição.

A posição dos que consideram aceitável a trapaça no jogo pode ser aceitável apresenta argumentos claros em defesa da ação.

(ADO 65) - *Quando se trata de jogo não tem problema e como eram rivais aí é que tinham que ganhar.*

(ADO 71) - *“Tá” certo eles são rivais, no futebol tudo vale.*

(ADO 74) - *Trapaça quando se trata de vencer um jogo não tem problema, se envolvesse dinheiro aí teria problema, desde que não prejudique a saúde ou qualquer outra coisa. Em um jogo alguém tem que vencer ou perder, desde que não seja eu perder, tudo vale.*

Podemos perceber que as explicações dadas acima tentam utilizar basicamente dois argumentos sobre a ação. Um é da natureza do jogo, no qual para alguns seria uma competição e como o objetivo é a vitória, nesse contexto, é necessário assegurá-la a qualquer preço. Outra é também relacionada à condição do jogo, mas enquanto uma situação lúdica, na qual não envolve prejuízos reais àquele que perde seria justificável a trapaça.

Após apresentarmos alguns exemplos das argumentações, podemos sintetizar que entre os argumentos observamos com clareza entre as crianças menores, como esperado o padrão heterônomo; na qual a condenação de trapaça é totalmente geral a toda e qualquer situação. As crianças maiores, já apre-

sentam uma argumentação mais complexa, inclusive, com a entrada do impacto da ação na coletividade; ao mesmo tempo em que, alguns consideram legítima a ação, mas tendo apenas o interesse pessoal. Entre os adolescentes é que observamos a maior riqueza de argumentação, inclusive um grupo no qual era aceitável a trapaça no jogo devido o seu caráter lúdico, mas não válido em situações do cotidiano. Tendo encontrados esses dados consideramos importante uma reflexão sobre esses resultados em termos do desenvolvimento moral e das implicações para a educação moral.

Discussão dos resultados

O primeiro aspecto que desejamos destacar é o desenvolvimento moral. A existência de um desenvolvimento moral pode ser detectada em linhas gerais. Percebemos claramente que as crianças menores possuem um pensamento claramente heterônomo. As justificativas são basicamente que aquilo é errado, por que é feio, sem saber a razão de ser inadequado esse comportamento. É interessante inclusive que há uma unanimidade na condenação da trapaça, ao mesmo tempo em que nunca é usado esse termo para descrever as ações descritas. Nas crianças maiores, encontramos uma transição para um pensamento autônomo. As justificativas começam a apontar para essa dimensão do outro na moral. Ou seja, a proibição se dá não de forma arbitrária, mas a partir de uma necessidade de respeito mútuo, que é identificado por Piaget (1977), como uma das características necessárias para a moral autônoma. Por fim, na fase final do estágio formal, o raciocínio de vários adolescentes apresenta argumentos mais elaborados para explicar, por que o comportamento trapaceiro é errado. No entanto, é importante destacar um aspecto, é que justamente nessa etapa aparece não apenas uma modificação no argumento sobre o porquê é errado trapacear, mas aparece uma defesa do comportamento trapaceiro. É importante que uma pequena parcela de adolescentes considerou como legítimo

trapacear em todas as situações apresentadas; enquanto um grupo um pouco maior fez uma exceção em relação a trapaça no jogo. Queremos analisar a diversidade de respostas que encontramos nesse item. Um dos tipos de defesa nos pareceu heterônoma. O caráter heterônomo está associado ao tipo de argumento apresentado, quase que poderia ser descrito de forma simplista como “todo mundo faz”. Nesse tipo de julgamento, o elemento da implicação do outro não é tomado em conta. Esta situação não nos parece surpreendente, quando pensamos apenas em um jogo muito popular, o futebol, como as condutas dos jogadores são avaliadas, para assegurar a vitória do time. Embora, o foco de nossa pesquisa não é influência da TV, é difícil, não observar no argumento usado na transmissão de vários jogos profissionais, que é válido a trapaça no jogo, desde que o juiz não tenha visto. Além de que, há em várias ocasiões posições expressando como legítima, a esperteza do jogador do time a qual se “torce”. Esse argumento foi mais frequente usado pelos adolescentes e em face das outras situações como a de “cola” e documento falso.

Outro grupo de adolescentes pesquisados considerou que a natureza do jogo permitia uma “escapada” do comportamento adequado em outras situações. Aqui nos parece presente um raciocínio autônomo. O argumento em alguns casos foi bem claro que apenas no jogo era válida a trapaça. Considerando, a sua natureza recreativa, sem implicações, para o bem-estar das pessoas, a não ser pela própria prática seria aceitável. Há uma diferença nesse caso, que consideramos própria de uma moral autônoma. Os pesquisadores não compartilham necessariamente essa visão, mas é fundamental que se possa considerar que ela representa uma avaliação elaborada e esperada no desenvolvimento moral. A quase totalidade desses adolescentes considerou as outras situações como inadequadas, por que envolviam prejuízos a outros.

Consideramos importante refletir sobre grupo de adolescentes que considerou sempre legítimo o trapacear. O argumento, nesse caso, não parece refletir uma melhor avaliação moral, mas apenas a repetição de uma moral convencional sem avaliar a validade ou não desse raciocínio. Esse dado nos remete aos estudos de Kohlberg (1984) que já apontava para situações em que os adolescentes, adotavam explicações menos elaboradas cognitivamente do que podiam, em função de um determinado valor ou crença cultural. Ao avaliarmos esse resultado, no qual uma parte dos adolescentes aceita comportamentos fraudulentos para obtenção de vantagens pessoais, podemos perceber que o tipo de discurso favorável a um comportamento claramente sem um compromisso moral. É importante destacar que esse grupo não era majoritário, mas nos pareceu bastante expressivo totalizando quase um sexto dos adolescentes entrevistados. Pensamos que temos aqui um indicador que uma parte desses adolescentes parece não ter desenvolvido moralmente.

Entre os adolescentes que consideram incorreto todas as ações, percebemos claramente a presença de uma justificativa autônoma, pois os aspectos de respeito aos outros estavam presentes, bem como o reconhecimento de que algumas regras poderiam ser benéficas ainda que nem sempre com muita clareza o benefício, como na situação de não falsificar um documento para ir ao cinema.

A divergência entre as situações como jogo e a “cola”, eram esperadas, pois é importante consideramos que os contextos são importantes para a avaliação moral. Assim, a existência de regras na escola ou na sociedade, em relação à “cola” ou a proibição de entrada em certos filmes, aparece como mais importantes e daí um maior rigor no julgamento contrário as situações de trapaceira.

O último fator importante dos resultados que queremos destacar é a percepção mais clara dos adolescentes da tensão entre o comportamento esperado e as possibilidades do comportamento pessoal. Não nos parece esperado que os 80% dos adolescentes que afirmaram ser errado “colar”, que nenhum deles tenha “colado”. No entanto, a expressão de reconhecimento da inadequação da prática é importante, mesmo em que não seja sempre o comportamento feito. Tendo em vista, que a ação e o julgamento possuem certa coerência, podemos esperar melhores comportamentos daqueles adolescentes que julgam errado a “cola”, do que aqueles que já aceitam como válido.

Considerações finais

Após a discussão dos resultados obtidos consideramos pertinente destacar o que pensamos ser algumas contribuições da pesquisa. O primeiro é o próprio tema da pesquisa. Foi possível constatar em nossa revisão bibliográfica, que o tema envolvendo a trapaça em atividades acadêmicas ou recreativas é bastante escasso no contexto brasileiro. Pensamos, que é importante que esta questão moral que permeia o cotidiano das instituições escolares seja investigada mais, pois é um elemento importante na construção de moral e, por que não, da própria cidadania.

O segundo aspecto é a evidência de que embora o desenvolvimento moral ocorra, nem sempre todos os sujeitos potencialmente capazes para isso, parecem indicar uma capacidade moral em desenvolvimento. É importante destacar que o grupo de adolescente que consideram todas as práticas de trapaça legítima foi selecionado por serem alunos regulares. Não houve nenhum critério de exclusão de alunos com problema disciplinares. Vemos aqui que de alguma forma há um problema no desenvolvimento moral desses sujeitos, pela ausência de considerações para com os outros nessas situações e não apenas por questionar, o valor da restrição no cinema ou mesmo levantar motivos de abuso

de autoridade da professora. Houve apenas justificativas de que esse comportamento é vantajoso para o sujeito e por isso deve ser feito.

O terceiro aspecto e o último a considerar, é que apesar de termos encontrado um julgamento moral compatível com a idade dos adolescentes, na maior parte dos casos, percebemos que há pouco espaço para a reflexão moral dentro da escola. Consideramos que isso evidencia que o desenvolvimento moral precisa ser direcionado de forma mais eficaz, independente da existência de uma disciplina de educação moral nas escolas, mas principalmente pelo estímulo a reflexão dos alunos, podendo avaliar o comportamento moral em toda sua complexidade e abrangência.

Referências bibliográficas

ADORNO, T.W. Educação e Emancipação. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

ALENCAR, A. I.; YAMATO, M. E. A teoria dos jogos como metodologia de investigação científica para a cooperação na perspectiva evolucionista. *Psico*. v.39, n. 4, p. 522-529, out/dez, 2008.

ANDRÉ, M. H.; RUBIO, K. O jogo na escola: um retrato das aulas de Educação Física de uma 5ª série. *Motriz*. Rio Claro. v.15, n. 2, p. 284-296, abr/jun, 2009.

ANGEL, Lance R. The Relationship of Impulsiveness, Personal Efficacy and Academic Motivation to College Cheating. *College Student Journal*. v. 0, n. 1, p. 118-131, Mar, 2006.

BERNARDI, Richard A. et al. Contrasting the Cheating behavior of College Students from the United States and Japan. *Global Virtue Ethics Review*. v. 5, n. 4, p. 5-29, 2004.

CANIATO, Angela. A Banalização da Mentira na Sociedade contemporânea e a sua internalização como Destrutividade Psíquica. *Psicologia & Sociedade*. v.19 n.30, p. 96-107, 2007.

DE LA TAILLE, Y. Ética e Moral: Dimensões Intelectuais e Afetivas. Porto Alegre, ArMed, 2006.

DURKHEIM, E. Educação Moral. Petrópolis, Vozes, 2008.

EVANGELISTA, P. H. et alii. Atitudes morais de jovens atletas participantes de modalidades esportivas coletivas: um estudo comparativo segundo a variável “sexo”. *Motriz*. Rio Claro. v.16, n .2, p. 379-386, abr/jun, 2010.

KISAMORE, Jennifer L.; STONE, Thomas H.; JAWAHAR, I. M. Academic Integrity: The Relationship between Individual and Situational Factors on Misconduct Contemplations. *Journal of Business Ethics*. n. 75, p. 381-394, 2007.

KOHLBERG, L. *Essays in moral development: Vol. 2. The psychology of moral development*. New York: Harper & Row. 1984.

MILLER, Arden; SHOPTAUGH, Carol; PARKERSO, Annette. Under Reporting of Cheating Research Using Volunteer College Students. *College Student Journal*. v. 42, n. 2, p. 326-339, Jun, 2008.

ORDOÑEZ, Claudia L.; MEIJA, José F.; CASTELLANOS, Sonia. Percepciones Estudiantiles sobre el Fraude Académico: Hallazgos y Reflexiones Pedagógicas. *Revista de Estudios Sociales*. n. 23, p. 37-44, Abril, 2006.

PIAGET, J. *O Julgamento Moral da Criança*. São Paulo, Mestre Jou, 1977.

PUIG, M. J. *A Construção da Personalidade Moral*. São Paulo, Atíca, 1998.

ROIG, Miguel; CASO, Marissa. Lying and Cheating: Fraudulent Excuse making, Cheating and Plagiarism. *The Journal of Psychology*. v.139, n. 6, p. 485-494, Nov, 2005.

SALTER, Stephen; GUFFEY, D. McMillan, JEFFREY J. . Truth a Consequences and Culture: A Comparative Examination of Cheating and Attitude about Cheating among U.S. and U.K. Students. *Journal of Business Ethics*. v. 31, n. 1, p. 37, May, 2001.

STAATS, Sara; HUPP, Julie M.; HAGLEY, Anna H. Honesty and Heroes: A positive Psychology View of Heroism and Academic Honesty. *The Journal of Psychology*. v. 142, n. 4, p. 357-372, 2008.

TIBBETTS, Stephen G.; MYERS, D. Low Self-Control, Rational Choice, and Student Test Cheating. *American Journal of Criminal Justice*. v. 23, n. 2, p. 179-200, Spring, 1999.

WHITLEY Jr., B. E.; NELSON, Amanda B; JONES, Curtis J. Gender Differences in Cheating Attitudes and Classroom Cheating Behavior: A meta-analysis. *Sex Roles*. v. 1. 41, n. 09/10, p. 657-680, 1999.